

Caminhos teórico-metodológicos para pesquisas sobre Estado e educação: a política pública como “janela” e o uso de entrevista realista como procedimento metodológico

Iana Gomes de Lima

Resumo

Neste artigo, aponto contribuições teórico-metodológicas que podem ser úteis para pesquisadores interessados em investigar o Estado e educação. Para tanto, apresento, centralmente, duas contribuições. A primeira delas é o uso de uma política educacional como “janela” para pesquisas com esta temática. A segunda contribuição é a entrevista realista como o instrumento mais adequado para tornar viável o uso de uma política pública como efetivo campo empírico no estudo sobre Estado e educação. Além de apontar a potencialidade do uso destas ferramentas na análise proposta, apresento uma breve discussão acerca das transformações estatais e de suas implicações para o desenho metodológico de pesquisas que tenham como interesse o aparelho estatal. Como forma de exemplificar o uso das duas contribuições teórico-metodológicas apresentadas, descrevo, brevemente, uma pesquisa por mim realizada. Concluo, demonstrando, a fertilidade da política educacional como campo empírico e a entrevista realista como um consistente instrumento para este tipo de pesquisa.

Palavras-chave: Estado; política educacional; metodologia.

O “Estado é um fenômeno complexo e nenhuma teoria sozinha ou nenhuma perspectiva teórica pode capturar inteiramente ou explicar suas complexidades” (JESSOP, 2008, p. 1)¹. Essa é uma afirmação de Bob Jessop, estudioso inglês que desenvolve pesquisas sobre o Estado. Assim como o autor, tenho o entendimento de que o Estado é um campo amplo e complexo de pesquisa. Portanto, realizar um estudo sobre o âmbito estatal não é uma tarefa simples e exige importantes decisões metodológicas. Neste artigo, aponto contribuições teórico-metodológicas que podem ser úteis para olhar o Estado, especialmente, quando se busca pesquisar sua relação com a educação.

Teixeira (2011) faz um paralelo entre a pesquisa social e a arquitetura: assim como na concepção e execução de um prédio, a pesquisa social precisa ser edificada através de escolhas cuidadosas que assegurem sua criação. Essa perspectiva é central para esse trabalho. Em geral, a metodologia de uma pesquisa é entendida apenas como os procedimentos metodológicos (entrevistas, observações, análises de documentos etc.) ou como a escolha de um método (etnografia, estudo de caso etc.). Neste artigo, todavia, a metodologia descrita

¹ Todas as traduções a partir do inglês e espanhol, neste artigo, foram por mim realizadas.

abarca conceitos fundamentais para futuras pesquisas, mostrando lentes teórico-metodológicas que podem ser utilizadas para analisar a relação entre Estado e educação.

Como forma de mostrar alguns caminhos metodológicos quando do interesse em estudar o âmbito estatal na educação, a primeira sessão deste artigo aponta as políticas públicas educacionais como um possível campo empírico para o estudo sobre Estado e educação, ao mesmo tempo em que apresenta alguns conceitos que servem como importantes lentes teórico-metodológicas para analisar este objeto de pesquisa. Logo após, aponto a entrevista realista como um instrumento que pode tornar viável o uso de uma política pública educacional como efetivo campo empírico. Por fim, apresento, de forma breve, uma pesquisa que realizei, tendo uma política educacional como campo empírico e a entrevista realista como um dos procedimentos metodológicos.

Política pública educacional: uma “janela” para estudar Estado e educação

Partindo da premissa de que a metodologia e a construção do referencial teórico de um trabalho estão profundamente imbricadas (TEIXEIRA, 2011), é central que o pesquisador tenha clareza de que as escolhas metodológicas não podem estar separadas das escolhas teóricas, pois a própria metodologia é permeada pela teoria. Assim, justifico, neste trabalho, o uso do termo “teórico-metodológico”, pois os conceitos que apresento, neste artigo, não têm apenas o objetivo de auxiliar a explicar os fenômenos sociais, ou seja, não se referem somente ao conteúdo da análise, mas, também, são definidores da própria maneira de construir a análise, ajudando a definir a forma de ver tais fenômenos. Nessa sessão, apresento alguns conceitos e caminhos teórico-metodológicos que precisam ser levados em conta quando de uma pesquisa sobre Estado e educação, tendo em vista as mudanças pelas quais vêm passando o âmbito estatal nos últimos 30 anos.

Ao definir a relação entre Estado e educação como um interesse de pesquisa, tem-se não apenas o desafio de construir uma metodologia sólida e alicerçada em ferramentas teórico-metodológicas que deem conta das complexidades e contradições que permeiam o Estado, mas há, ainda, o desafio de estabelecer qual deve ser o campo empírico da pesquisa. A questão que se coloca é como tornar viável uma pesquisa sobre o Estado? Qual deve ser o campo empírico para compreender a relação entre Estado e educação? Defendo que o campo das políticas públicas educacionais é aquele mais adequado para responder a estes questionamentos.

Através da realização de uma revisão bibliográfica² sobre a relação entre política pública e Estado, entendo que o estudo de uma política pública pode ser uma “janela” para o entendimento do Estado. A metáfora da janela é importante aqui: uma janela é uma abertura através da qual se pode enxergar o interior de uma estrutura. Portanto, uma política educacional pode ser uma “janela”, uma abertura para essa estrutura complexa e não-monolítica que é o Estado. Assim como toda a janela permite enxergar apenas parte da estrutura, uma vez que os marcos de uma janela tornam a visão restrita a esta abertura, escolher uma política educacional como “janela” também apresenta tais restrições: são alguns aspectos que poderão ser “vistos” e a interpretação construída sobre a relação entre Estado e educação é delimitada pelos “marcos desta janela”. É importante ressaltar que existem muitas “janelas” que podem ser utilizadas para enxergar o Estado e cada uma delas permite a visão de um recorte diferente, com distintos aspectos.

Agudelo (2011) afirma que com o desenvolvimento do campo das políticas públicas, a partir dos anos de 1970, houve uma reaproximação com temas que haviam sido esquecidos. Dentre os temas elencados pelo autor está o Estado. Segundo Agudelo (2011), os analistas de políticas públicas perceberam que era impossível entender uma política com a ausência de um foco no Estado. Assim, depois de três décadas em que o Estado foi um objeto de estudo “morto”, esta temática ressurgiu como um importante objeto de pesquisa (AGUDELO, 2011). Cabe destacar que a proposta da ciência das políticas públicas não é impor uma visão Estado-cêntrica, considerando o Estado com plena autonomia e capacidade para realizar políticas públicas (AGUDELO, 2011). Agudelo (2011) destaca que esse campo de pesquisa considera o Estado como um dos agentes para a realização de políticas, propondo, assim, uma análise mais equilibrada entre distintos agentes, levando em conta, por exemplo, os atores da sociedade civil. Para o autor uma das propostas da ciência das políticas públicas é:

[...] estudar o Estado através do ciclo de políticas e com ele abordar este ator em sua ação, através das agências governamentais que participam do ciclo; aquelas agências de tomada de decisões e intervenção social, isto é, a formulação de políticas públicas se apresenta como uma forma de visualizar as ações do Estado [...]. (AGUDELO, 2011, p. 96-97).

Na citação acima, o autor defende que, através da análise de uma política pública, é possível visualizar as ações do Estado. Oscar Oszlak e Guillermo O'Donnell (1995) também fazem essa defesa, ao afirmarem que, ao estudar políticas estatais, há uma potencial

² Marques (1997), Oszlak e O'Donnell (1995), Agudelo (2011), Ball (2013), Ball, Maguire e Braun (2012) e Jessop (2008).

contribuição para o entendimento das transformações que ocorrem no Estado. É importante ressaltar que entendo que a política pública é um conjunto de ações por parte do Estado (OSZLAK; O'DONNELL, 1995): uma ação que é estabelecida por um grupo privado não é entendida como política. Ela só se tornará efetivamente uma política quando tiver o aval do Estado. Isso não implica dizer, no entanto, que compreendo as políticas como um processo verticalizado – do Estado ao chão da sala de aula, por exemplo: as políticas são construídas e reconstruídas em muitos outros lugares e são colocadas em práticas por diferentes localidades e instituições, sendo reproduzidas e retrabalhadas por diferentes atores (BALL, 2013), que precisam ser levados em conta em uma pesquisa que envolva políticas públicas. Marques (1997) corrobora a necessidade de estudar distintos atores, quando afirma que é necessário:

[...] articular as estratégias dos vários atores para o entendimento das ações do Estado. Este deve ser o ponto de partida para se desvendar as razões pelas quais, em inúmeras circunstâncias, o resultado atende a interesses de alguma fração do capital, não bastando explicar este resultado pelos interesses e desejos de certos atores. (MARQUES, 1997, p. 91).

O que se pode depreender do excerto acima é que para estudar uma política pública, quando o foco é compreender o Estado, se faz necessário ir além da análise dos documentos, do entendimento dos discursos; é preciso mapear os diferentes atores envolvidos nessa política, compreendendo os movimentos que há dentro do próprio Estado. Marques (1997) destaca que, no caso brasileiro, é importante levar em conta as tênues fronteiras entre Estado e sociedade e propor a análise de políticas públicas a partir desses dois âmbitos, entendendo-os como igualmente importantes, já que, no Brasil, “em inúmeras situações as distinções [referindo-se ao Estado e à sociedade] simplesmente desaparecem” (MARQUES, 1997, p. 92). Portanto, para compreender as políticas estatais é preciso não somente analisar os atores estatais, mas outros atores que também têm papel fundamental nas políticas públicas do Estado. Tal necessidade está relacionada com questões referentes à globalização (BALL, 2013; JESSOP, 2008; DALE, 2004; 2010), dispersão de poder (CLARKE; NEWMAN, 1997) e governança (JESSOP, 2008; DALE, 2004; 2010) – conceitos teórico-metodológicos importantes para o estudo do Estado.

Ball (2013) afirma que a globalização é um importante aspecto a ser levado em conta nas atuais pesquisas educacionais. Segundo esse autor, a globalização tem sido importante para articular os problemas que precisam ser “tratados” pelas políticas educacionais. Ball (2013) destaca que a globalização tem produzido um conjunto de imposições para as políticas no âmbito nacional e um modo particular de pensar a educação, seus problemas e

proposições. Outro importante aspecto trazido por Ball (2013) – e que ajuda a pensar a metodologia de uma pesquisa sobre o âmbito estatal –, é que um dos resultados do processo de globalização é não poder mais pensar o Estado-nação como o único espaço adequado para a compreensão de uma política pública. Há agentes supranacionais que são peças-chave no entendimento de determinadas políticas, como o Banco Mundial, a OCDE, o Banco de Desenvolvimento Asiático etc. (BALL, 2013). Jessop (2008) também mostra a centralidade da globalização para as atuais análises sobre o Estado. No entanto, o autor faz um alerta: o conceito de globalização tem sido usado como uma palavra polivalente, promíscua e controversa, o que tem mais obscurecido do que revelado as atuais mudanças referentes à economia, à política, à sociedade e à cultura (JESSOP, 2008). Jessop (2008) afirma que globalização é um conceito melhor usado ao denotar que esse processo é multicêntrico, multiescalar, multitemporal, multiforme e multicausal. Multicêntrico porque é um processo que emerge de atividades em variados locais; multiescalar porque as atividades ocorrem em variadas escalas e não de uma forma hierárquica, mas interdependentes e coexistentes; multicausal porque é resultado de um complexo e contingente processo de interações de diferentes causas; multiforme porque a globalização assume distintas formas dependendo do contexto e pode ser colocada em prática através de variadas estratégias. “Em conjunto, essas características significam que a globalização é um produto complexo e emergente de diferentes forças operando em várias escalas” (JESSOP, 2008, p. 179).

Os processos de globalização também vêm sendo estudados por Roger Dale (2004; 2010). Em um de seus recentes trabalhos (DALE, 2010), o autor afirma que um dos efeitos desses processos é que o Estado tem se configurado de uma nova maneira, tendo, inclusive, outro papel, que é por Dale (2010) denominado “Estado coordenador”. Novos atores passaram a se fazer presentes *no e como* Estado, o que implica, nas pesquisas educacionais, levar em conta que a dimensão estatal precisa ser examinada de forma atenta, verificando quem são os atores definidos como parte do Estado, seus status e suas relações (DALE, 2010). Jessop (2008) segue essa linha de pensamento e afirma que a governança dos Estados, atualmente, está emergindo de diferentes escalas: internacional, supranacional, nacional e regional. Cada escala tem representações de poder diferente nessa governança e implicam em uma nova forma de governar por parte de cada Estado.

Ademais, ainda em relação às escalas, é importante relacionar a política em estudo com o contexto macro para que se perceba a relação desta política com uma agenda mais global. Dale (2010) afirma que novos estudos sobre o Estado são de fundamental importância, pois, segundo esse autor, o Estado está constituído para além de uma compreensão dentro da

esfera apenas nacional: o autor afirma que existem variadas escalas de governança educacional, que incluem o subnacional, o nacional e o supranacional. A governança, além disso, é composta por diferentes instituições de coordenação (Estado, mercado, comunidade e lar). O que Dale (2010) destaca é que a governança educacional pode ser entendida como “as combinações e a coordenação de atividades atores/agentes, e escalas através das quais a educação é construída e ministrada nas sociedades nacionais” (DALE, 2010, p. 1111). Tendo em vista o estudo do Estado através de uma política educacional, cabe ao pesquisador estar atento para o fato de que as políticas transcendem o âmbito apenas nacional e é preciso estudar essas relações como forma de desenhar o contexto em que cada política se insere, o que, por sua vez, auxilia no entendimento do contexto estatal.

Ball (2013) destaca que a política educacional também não pode mais ser entendida dentro de limites do Estado-nação ou de agentes públicos, separadamente da política econômica. O autor afirma, no entanto, que é preciso estar atento ao fato de que cada Estado faz sua própria interpretação das questões globais (BALL, 2004), fazendo uso do conceito de glocalização, que implica em uma “acomodação de tendências globais em histórias locais, [...] [produzindo] políticas híbridas e diversidade política” (BALL, 2004, p. 1115). As políticas não são regidas a partir dos mesmos problemas, da mesma maneira; cada local tem as suas particularidades. Isso precisa ser levado em conta em um estudo que pesquise o Estado através de políticas educacionais.

Esse processo de governança está relacionado com a dispersão de poder (CLARKE; NEWMAN, 1997), que é o repasse de responsabilidade para outros agentes externos ao Estado. O que pode ser entendido como a diminuição do papel do Estado, já que agentes não-estatais são responsabilizados pelo que antes era de responsabilidade única do Estado, pode ser visto, por outro ângulo, como a expansão do poder estatal: outras agências passam a ser uma extensão do Estado, que continua exercendo poder em diversas instâncias, através do envolvimento de novas formas de regulação financeira, contratação, monitoramento e vigilância. Isso faz parte da economia mista (CLARKE; NEWMAN, 1997): não há mais limites claros entre o Estado e o setor privado e/ou informal. A economia mista deve ser entendida como uma estrutura de dominação em que um elemento da combinação (o Estado) realiza suas próprias funções e aloca os lugares de outros elementos (setores) dentro da combinação (CLARKE; NEWMAN, 1997).

Ao construir a metodologia de uma pesquisa que tenha como objeto de estudo a relação entre Estado e educação, o que os autores trazem em relação à globalização, governança e dispersão de poder tem implicações importantes nas escolhas metodológicas. A

primeira delas é incluir, na análise do Estado, atores que estão além das fronteiras nacionais e para além das instituições estatais. A segunda é atentar, de forma concomitante, às particularidades do Estado nacional e às questões globais. A terceira é realizar uma análise que leve em conta as relações entre as diferentes escalas. Todas estas questões auxiliam na compreensão do novo papel que vem assumindo o Estado. Os conceitos teórico-metodológicos de globalização, dispersão de poder e governança também devem ser levados em conta quando da escolha de uma política educacional como forma de estudar Estado e educação, devendo, esta escolha, ser uma tarefa cuidadosa, baseada em critérios, tais como: a. o tempo de existência de determinada política, tendo em vista a sua consolidação, o que proporciona maior capacidade de inferir sobre o Estado; b. o escopo de abrangência de uma política em determinado contexto. Se uma política está presente em diversos locais de um determinado país, isto demonstra que tal política é bastante relevante; c. o custo que determinada política representa para o Estado, pois isto aponta a centralidade de tal política; d. a quantidade de atores estatais e não-estatais que estão envolvidos na política, o que possibilita uma visão mais ampla do Estado; e e. a relação da política com o cenário internacional, através da presença de atores que pertencem a escalas que estão além do Estado-nação.

O que foi discutido aqui aponta que “seguir” uma política educacional é uma janela de entrada para compreender a relação entre Estado e educação. Cabe ressaltar, no entanto, que estou ciente de que, ao propor o exercício de compreender o Estado por meio de uma determinada política, muitos aspectos sobre o âmbito estatal poderão não ser contemplados na pesquisa. Isto deriva do fato de que a escolha de uma determinada “janela” é sempre um recorte sobre o que se pode vislumbrar do Estado.

Abrindo a “janela”: o uso da entrevista realista como procedimento metodológico

Como forma de “abrir” a janela, defendo o uso da entrevista realista (PAWSON; TILLEY, 2000) como o procedimento metodológico mais adequado. O assunto principal, neste tipo de entrevista, é a própria teoria construída pelo pesquisador e a entrevista é realizada para “confirmar, falsificar e, acima de tudo, para refinar essa teoria” (PAWSON; TILLEY, 2000, p. 155). A ideia é que o pesquisador realize as perguntas de acordo com a teoria que construiu, verificando a forma como o entrevistado avalia a sua teoria. Portanto, o importante na coleta de dados, através da entrevista realista, não é o que o entrevistado descreve, mas o que fala em relação à teoria apresentada pelo entrevistador, como os

entrevistados pensam sobre aquilo que eles próprios fazem em sua prática – a teoria que desenvolvem sobre seus próprios atos. Assim, cabe ao pesquisador elaborar perguntas que façam com que os sujeitos entrevistados tragam à cena as teorias que envolvem o seu fazer.

O ponto-chave da entrevista realista é a estratégia de refinamento conceitual (PAWSON; TILLEY, 2000). O pesquisador realiza perguntas em que explicita a sua teoria, dando a oportunidade dos entrevistados explicarem e esclarecerem seu pensamento, confirmando ou contrapondo-se à teoria do pesquisador. O entrevistador coloca, assim, os entrevistados em relação às linhas teóricas que conduzem a investigação. O aspecto fundamental deste tipo de entrevista “é a criação de uma situação em que os postulados teóricos e estruturas conceituais sob investigação estão abertos para inspeção de uma forma que permite que o entrevistado dê um contributo informado e crítico” (PAWSON; TILLEY, 2000, p. 181).

Este tipo de entrevista pode auxiliar na pesquisa sobre o Estado tendo a política como uma “janela”, pois o campo empírico em si não é o real interesse da pesquisa, portanto, não interessa que os entrevistados falem sobre a política, mas, sim, que, a partir dela, tragam apontamentos sobre o Estado. É preciso ter uma atenção redobrada ao realizar este tipo de entrevista, pois as perguntas não podem se limitar à política que serve como “janela”, mas devem testar as hipóteses construídas a partir da teoria sobre o Estado. Portanto, cabe destacar a centralidade que as hipóteses têm em uma pesquisa sobre o âmbito estatal: por se tratar de um objeto de investigação bastante abstrato, complexo e amplo, as hipóteses tornam-se fundamentais, pois são elas ajudam a trazer um foco para o olhar do pesquisador. A teoria tem, também, fundamental importância, pois é ela que guia o olhar ao longo de toda a pesquisa. Por isso, teorias e conceitos precisam ser escolhidos de forma cuidadosa, trazendo à cena aspectos que contribuem para entender a complexidade que permeia o Estado. Cabe ressaltar, contudo, que a pesquisa não pode ser simplesmente uma verificação das hipóteses e teorias: durante a coleta de dados, é preciso estar aberto para outras questões que podem aparecer e que não foram contempladas pelas hipóteses previamente elaboradas.

É importante afirmar que acredito que, em qualquer pesquisa, as hipóteses e teorias são fundamentais e o pesquisador sempre vai a campo “encharcado” pelas mesmas. No entanto, tenho o entendimento de que, em uma pesquisa que tenha como objeto de estudo o Estado, elas são ainda mais centrais e, mais uma vez, tal questão está profundamente relacionada com o nível de abstração que envolve o objeto de pesquisa. Não há como, no meu entendimento, pesquisar o Estado sem ter teorias e hipóteses bastante consolidadas, pois, caso

contrário, o pesquisador vai a campo de forma solta e despreziosa, o que, provavelmente, fará com que não tenha o foco necessário para a compreensão do Estado.

Ao fazer uso de uma política educacional como uma “janela” para enxergar o Estado, a entrevista realista se torna um importante procedimento metodológico, pois este tipo de entrevista tem como base o refinamento conceitual, ou seja, o pesquisador lança, na entrevista, suas hipóteses acerca do objeto de estudo e os entrevistados são solicitados a explicarem e esclarecerem seu pensamento, confirmando ou contrapondo-se à teoria do pesquisador. Ademais, as perguntas da entrevista realista não devem solicitar uma descrição por parte do entrevistado, mas, sim, que ele fale a respeito da teoria apresentada pelo pesquisador. Portanto, ao usar uma “janela” para o estudo do Estado, a entrevista realista auxilia que o foco da entrevista não seja a “janela” em si, mas, sim, a teoria construída pelo pesquisador em relação ao âmbito estatal. Tendo em vista que a entrevista realista tem um foco muito mais teórico e abstrato, julgo que este tipo de entrevista pode vir a ser muito potente na coleta de dados de uma pesquisa sobre Estado. Na sessão a seguir, apresento uma pesquisa em que fiz uso de uma política educacional como “janela” para enxergar o Estado e da entrevista realista como forma de “abrir” esta janela.

A “janela” e a entrevista realista na prática da pesquisa sobre Estado e educação

Em uma pesquisa por mim realizada, tive como objetivo entender como vem se caracterizando a ação do Estado brasileiro na educação no período de 1995 a 2014. Para tanto, fiz uso de uma política educacional para compreender tal relação e da entrevista realista como procedimento metodológico.

Para escolher qual política utilizar como “janela”, a teoria sobre as transformações estatais foi fundamental, pois me auxiliou a criar focos em relação a quais políticas seriam aquelas mais adequadas para compreender a relação entre Estado e educação. A partir da leitura de textos que tratam sobre as modificações ocorridas no Estado brasileiro nos anos de 1990 (HYPOLITO, 2008; PERONI, 2009; FREITAS, 2004; BONAMINO; SOUSA, 2012; SOUZA; OLIVEIRA, 2003; COELHO, 2008), pude perceber a ênfase que os processos avaliativos passaram a ter depois de tais transformações. Peroni (2009, p. 287) destaca que, nos últimos anos, “a avaliação em larga escala é um dos principais pilares das políticas educacionais”. Tendo em vista os programas existentes e a revisão bibliográfica realizada que enfatizava a importância da avaliação mediante as transformações ocorridas no Estado, optei, assim, por examinar uma política de avaliação educacional.

Dentre as políticas avaliativas existentes, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) pareceu ser a melhor opção, levando em conta os critérios já acima arrolados: 1. é uma política que existe há bastante tempo e, portanto, através de seu exame, há a possibilidade de perceber algumas mudanças no âmbito estatal; 2. é uma política que está presente em todos os Estados brasileiros; 3. o SAEB tem ganhado força nos últimos anos, através da implementação de outras avaliações neste sistema, bem como sua vinculação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); 4. esta política movimentou uma quantidade expressiva de recursos financeiros governamentais; 5. o SAEB envolve um grande número de atores estatais e não-estatais; e 6. a literatura aponta que esta política, inicialmente, esteve fortemente relacionada aos organismos internacionais, o que, por sua vez, relaciona-se aos processos de globalização. Estes elementos fizeram do SAEB a melhor opção para o campo empírico desta pesquisa.

Inicialmente, realizei algumas entrevistas que tinham como modelo a entrevista compreensiva (ZAGO, 2011), que se constitui em um tipo de entrevista semiestruturada. Após a realização de algumas entrevistas, ao transcrever e iniciar uma primeira análise dos dados, pude perceber que as respostas traziam muitos elementos descritivos em relação ao SAEB, não apresentando grande potencialidade na análise de aspectos mais amplos e abstratos referentes ao Estado. Desde o início da pesquisa, tive como uma de minhas grandes preocupações tornar viável o estudo através de um campo empírico que me permitisse “enxergar” o Estado. Na medida em que tomei a decisão de investigá-lo através de uma política educacional, estive consciente de que as entrevistas seriam fundamentais na pesquisa, pois seria através delas que conseguiria efetivamente entender os jogos políticos e as disputas de poder que envolvem o Estado. Assim, tendo em vista esta primeira aproximação ao campo empírico, através do uso da entrevista compreensiva, percebi que seria importante modificar o tipo de entrevista a ser realizado.

As entrevistas realistas, conforme já citado acima, me pareceram a melhor forma de realizar esta pesquisa. Para elaboração das perguntas, tive como base alguns exemplos presentes no trabalho de Pawson e Tilley (2000), que mostram não apenas as perguntas elaboradas pelos autores, mas, também, o porquê de tais questionamentos terem sido realizados. Preocupada com a elaboração de perguntas que realmente me auxiliassem a responder o problema de pesquisa, construí um quadro composto por quatro colunas: hipótese, teoria que embasa a hipótese, pergunta a ser realizada e por que fazer esta pergunta. A seguir, apresento dois exemplos:

Hipótese	Teoria que embasa a hipótese	Pergunta a ser realizada	Por que fazer esta pergunta?
O Brasil tem sofrido, na área da educação, pressões internacionais.	Teorias da globalização (BALL, 2013; DALE, 2004; 2010; JESSOP, 2008). Teorias sobre o SAEB (BONAMINO; FRANCO, 1999; COELHO, 2008).	As pesquisas mostram que, no início, o SAEB foi fortemente influenciado pelos organismos internacionais. Algumas pesquisas afirmam que as decisões políticas sobre avaliação no Brasil continuam sendo influenciadas por organismos internacionais, como Banco Mundial e FMI. Como você se posiciona em relação a estas questões? Você acha que estas relações continuam existindo? Em que grau?	Verificar se ainda há pressões de organismos internacionais ou se a continuidade desta lógica da avaliação é algo que depende somente do Brasil.
Há muitos agentes não-estatais que são importantes no âmbito da educação e que são ouvidos no desenho das políticas educacionais.	Teoria da governança – Estado coordenador (DALE, 2004; 2010). Dispersão de poder e economia mista (CLARKE; NEWMAN, 1997).	Alguns autores afirmam que é ruim que atores não-estatais participem das discussões de políticas educacionais. Outros autores afirmam que atores não-estatais deveriam ter maior poder de influência nas decisões políticas. Qual o seu posicionamento a respeito disso?	Entender qual o papel dos agentes não-estatais no âmbito da educação.

Este quadro foi realizado após a construção do aporte teórico da pesquisa, que serviu como base para o levantamento dos principais pontos teóricos que compõem a segunda coluna da tabela. A partir destes pontos, elaborei as hipóteses que estão contempladas na primeira coluna. Somente após o levantamento daquilo que julguei mais central em termos teóricos e da elaboração das hipóteses é que as perguntas foram pensadas, sempre em estreita relação com a primeira e a segunda colunas. A última coluna foi elaborada como forma de tornar claro qual o objetivo de cada questão.

As respostas obtidas a partir destas perguntas não foram descritivas e trouxeram aspectos importantes em relação ao Estado no Brasil. No que diz respeito à primeira pergunta, os entrevistados falaram sobre a influência dos organismos internacionais em relação às políticas educacionais e ao Estado brasileiro em geral, fazendo comparações de tal influência desde a criação do SAEB até os dias mais atuais. Na segunda pergunta, os entrevistados falaram sobre a proliferação de atores que vêm tornando-se importantes no cenário educacional brasileiro nos últimos 30 anos. Ademais, discutiram o papel do Estado em relação à educação e em relação aos atores não-estatais. A temática dessas perguntas também havia sido abordada na primeira entrevista, semiestruturada, através dos seguintes questionamentos: “O SAEB foi inspirado em políticas internacionais? Outras provas servem como modelo?”, “Quais os atores e instituições envolvidos no SAEB? Quem é consultado para a elaboração

desta política?”. Nestas perguntas, a política do SAEB era muito mais o foco do que o Estado – efetivamente o objeto da pesquisa. Ao responderem os questionamentos da entrevista semiestruturada, os entrevistados trouxeram muito mais uma descrição da política. Na entrevista realista, o que se pode perceber é que as perguntas não são mais sobre a política em si e não fazem com que os entrevistados falem da política, ao contrário, através de questões que envolvem teoria, a ideia é que se fale de uma forma mais ampla, ou seja, do contexto em que se insere a política. Neste sentido, reforça-se a perspectiva da política como uma “janela”, pois ela torna-se a abertura para outras questões.

O conjunto de perguntas elaboradas (ao total, foram 10 questões) foi cuidadosamente pensado: no primeiro bloco de questões, tive a preocupação de iniciar pela “janela”, ou seja, de tratar inicialmente de perguntas que trouxessem a política, mas que não pedissem aos entrevistados que falassem apenas da política. O segundo bloco trazia questões que falavam sobre as políticas de avaliação de forma mais geral e não apenas do SAEB. Já o terceiro bloco contava com questionamentos mais abstratos e teóricos sobre a relação entre Estado e educação – como é o caso da segunda questão do quadro acima. Um aspecto a ser destacado é a estratégia de uso de diferentes posicionamentos teóricos em uma mesma pergunta (alguns autores afirmam que/outros autores afirmam que) como uma forma do pesquisador mostrar ao entrevistado que ele é conhecedor de diferentes teorias. Ademais, ao trazer duas posições, o pesquisador demonstra que não espera que o entrevistado concorde com uma determinada posição, o que pode fazer com que o entrevistado sintam-se mais à vontade, pois o entrevistado não necessita concordar ou discordar em relação a uma afirmação do entrevistador, mas, sim, em relação à própria teoria.

Nesta sessão, mostrei, de forma breve, o uso que fiz de uma política educacional como “janela” para estudar o Estado e da entrevista realista como um importante procedimento metodológico. Tanto a política educacional, como a entrevista realista, se mostraram férteis caminhos metodológicos na pesquisa realizada, permitindo que eu compreendesse algumas das relações entre o Estado brasileiro e a educação. É importante destacar que a decisão pelo uso da entrevista realista se deu em um momento posterior aquele em que defini uma política educacional como o campo empírico do estudo. O uso da entrevista realista ocorreu devido à constatação de que a entrevista semiestruturada – utilizada em uma primeira aproximação ao campo empírico – não me ajudaria a compreender a relação entre Estado e educação, pois trazia muitos elementos descritivos em relação à política utilizada como “janela”. Portanto, é importante ter em conta de que as decisões metodológicas em uma pesquisa necessitam, algumas vezes, serem redefinidas em meio ao processo de pesquisa.

Considerações finais

Neste artigo, procurei construir alguns caminhos metodológicos que podem ser percorridos por pesquisadores que têm como objetivo pesquisar sobre Estado e educação. O principal objetivo foi apontar o quanto uma política educacional pode ser um campo fértil para a realização de um estudo de tal alçada. O Estado é mais comumente estudado através de um escopo teórico, pois pela sua amplitude e complexidade, muitas vezes, é difícil viabilizar um campo empírico. A ideia, portanto, de oferecer uma “janela” para enxergar o Estado é possibilitar estudos em que o pesquisador tenha interesse de ir a campo. No entanto, como já referido, é preciso ter consistência teórica quando da realização desse tipo de pesquisa. Assim, a opção por partir de algumas hipóteses está relacionada à ideia do uso de uma lente para examinar o campo empírico, o que trará – juntamente com o uso específico de uma “janela” – um foco maior para o estudo. As lentes precisam ser cuidadosamente construídas através de conceitos que deem conta da complexidade que envolve o campo estatal. Cabe destacar, uma vez mais, que a escolha de uma “janela” como forma de enxergar o Estado representa limites para uma pesquisa. Assim, esta escolha é um desafio durante a construção de um estudo.

Teixeira (2011, p. 100) alerta sobre a necessidade de “os pesquisadores se interrogarem, permanentemente, sobre seus pensamentos e sobre os seus fazeres na pesquisa, estando sempre alertas e vigilantes quanto a suas ideias, formulações, condutas e descobertas”. Esta perspectiva é bastante importante em uma pesquisa como a acima proposta, tendo em vista que o que se pretende é, em certa medida, “testar” a teorização construída *a priori* pelo pesquisador. Defendi, aqui, o uso da entrevista realista como a principal forma de testar e refinar a teoria. No entanto, é preciso estar atento, durante o processo da pesquisa, aos novos elementos que podem emergir do campo e que não estavam *a priori* contemplados nas hipóteses. A entrevista realista traz ainda mais solidez na escolha de uma política educacional como “janela”, na medida em que este tipo de entrevista permite que a “janela” escolhida sirva realmente como uma abertura e não se torne o objeto de pesquisa em si. Ademais, a entrevista realista propicia que os entrevistados tragam elementos teóricos e não meramente descritivos.

Na discussão apresentada ao longo do artigo, apontei o quanto os conceitos a serem utilizados em uma pesquisa estão imbricados às decisões metodológicas. Além disso, apresentei uma discussão acerca das transformações estatais e suas implicações para o desenho metodológico de pesquisas que tenham como interesse o aparelho estatal. Por fim, esse artigo ressaltou a fertilidade da política educacional como campo empírico para a

pesquisa sobre Estado e educação e a entrevista realista como um consistente instrumento para este tipo de pesquisa.

Referências

AGUDELO, Germán Darío Valencia. Contribuciones de las Políticas Públicas al Estudio del Estado. **Semestre Económico**, Medellín, vol. 14, n. 30, p. 87-104, jul./dic. 2011.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Anette. **How Schools do Policy: policy enactments in secondary schools**. Oxon: Routledge, 2012.

BALL, Stephen J. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dec. 2004.

BALL, Stephen J. **The Education Debate**. Bristol: Policy Press, 2013.

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação e Política Educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, n. 108, nov. /1999, p. 101-132.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. **The Managerial State: power, politics and ideology in the remaking of Social Welfare**. London: Sage Publications, 1997.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação da educação básica e ação normativa federal, **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado Gerencial, Reestruturação Educativa e Gestão Educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

JESSOP, Bob. **State Power: a strategic-relational approach**. Cambridge: Polity Press, 2008.

MARQUES, Eduardo Cesar. Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas estatais e Atores Políticos. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 67-102, 1.º semestre de 1997.

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. **Redes**, Barcelona, v. 2, n. 4, p. 99-128, 1995.

PAWSON, Ray; TILLEY, Nick. **Realistic Evaluation**. London: Sage Publications, 2000.

PERONI, Vera Maria Vidal. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 285-300, mai./ago. 2009.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 873-895, set./2003.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Por entre planos, fios e tempos: a pesquisa em Sociologia da Educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. P. 80-104.

ZAGO, A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. P. 287-309.